



Paulo Pinto/Agência Brasil

NOVOS CAPÍTULOS FRENTE AO TARIFÁRIO

O governo dos Estados Unidos anunciou a aplicação de tarifas mais altas sobre produtos brasileiros, em especial do agronegócio e da indústria de base. A medida, conhecida como *tarifaço*, foi confirmada por decreto e provocou reações imediatas no Brasil. O Ministério da Fazenda iniciou tratativas para agendar uma reunião com representantes do Tesouro norte-americano, enquanto o tema passou a ser debatido também no Congresso Nacional e por entidades do setor produtivo.

A expectativa é de que os efeitos sejam graduais, mas já há projeções de impacto no preço da carne e em outros produtos da cadeia de exportação. A medida traz preocupações com o aumento da inflação, a redução da competitividade de produtos brasileiros no exterior e possíveis repercussões no emprego e na arrecadação. As entidades representativas do comércio e da indústria alertam que o cenário exige atenção redobrada da equipe econômica.

No campo político, há divergências sobre como o Brasil deve reagir. Alguns parlamentares defendem medidas de retaliação ou proteção setorial, enquanto outros avaliam que o caminho mais prudente é preservar o diálogo institucional com os Estados Unidos. No setor privado, a percepção também é dividida. Parte das empresas vê com preocupação a possibilidade de um conflito comercial mais amplo, enquanto outras cobram uma resposta firme do governo.

Nos próximos meses, o governo federal deverá acompanhar de perto a evolução do cenário e pode adotar medidas para mitigar os impactos internos. Entre as possibilidades estão a diversificação de mercados de exportação, incentivos à produção nacional e reforço nas negociações bilaterais. O desdobramento da situação dependerá do grau de articulação entre governo, Congresso e setor produtivo, bem como da sinalização dos Estados Unidos sobre eventuais flexibilizações ou contrapartidas comerciais.



“Nós estamos em um ponto de partida mais favorável do que se imaginava. Mas longe do ponto de chegada. Há muita injustiça nas medidas que foram anunciadas ontem”

Fernando Haddad,
Ministro da Fazenda

TROCAS NA CÂMARA

A Câmara dos Deputados formalizou nesta semana a perda de mandato de sete parlamentares. As substituições seguem critérios regimentais e, na maioria dos casos, os suplentes são ex-deputados com experiência prévia na Casa. Os movimentos, apesar de pontuais, provocam ajustes em bancadas e blocos parlamentares, afetando correlação de forças em comissões e na composição de votações relevantes. Entre os nomes que retornam, há figuras próximas ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o que acende alerta sobre reconfigurações de influência regional.

Além das substituições já efetivadas, outros casos continuam em análise. O deputado Eduardo Bolsonaro, por exemplo, pode ser alvo de processo por quebra de decoro parlamentar, com pressão do PT para que a Mesa Diretora da Câmara delibere sobre a admissibilidade do pedido. Paralelamente, há especulações sobre sua eventual nomeação para um cargo no governo de São Paulo como estratégia para evitar o avanço do processo de cassação. A articulação permanece em curso e ainda não há definição concreta.

No caso da deputada Carla Zambelli, o foco está em sua possível extradição, após determinação do ministro Alexandre de Moraes. A deputada encontra-se no exterior e, caso não retorne voluntariamente, poderá ter decretada sua perda de mandato por ausência prolongada. A situação envolve aspectos jurídicos e diplomáticos, exigindo atuação da Advocacia-Geral da União junto aos mecanismos internacionais. O cenário jurídico ainda é incerto, mas politicamente a pressão para afastamento tende a crescer.

"A Sra. Carla Zambelli Salgado de Oliveira, de maneira livre, consciente e voluntária, comandou a invasão a sistemas institucionais utilizados pelo Poder Judiciário, mediante planejamento, arregimentação e comando de pessoa com aptidão técnica e meios necessários ao cumprimento de tal mister, com o fim de adulterar informações, sem autorização expressa ou tácita de quem de direito", diz o trecho do pedido de extradição de Carla Zambelli foi oficializado no dia 11 de junho pelo ministro Alexandre de Moraes.

A Câmara vive um momento de transição silenciosa, com trocas que pouco repercutem na opinião pública, mas alteram a dinâmica interna da Casa. A tendência é de maior controle da Mesa Diretora sobre o ritmo das possíveis cassações, evitando acirrar tensões com bancadas ideologicamente mobilizadas. Ao mesmo tempo, o Executivo e forças partidárias observam com atenção as substituições, pois delas podem emergir novos vetores de influência em votações estratégicas no segundo semestre legislativo.

MINISTROS FIRMES, PARTIDO EM DÚVIDA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se nesta semana com os ministros Juscelino Filho, Celso Sabino e Silvio Costa Filho, todos filiados ao União Brasil. O encontro ocorreu após críticas públicas do presidente nacional do partido, Antonio Rueda, à participação da sigla no governo federal. Na reunião, os ministros reafirmaram a Lula o interesse em permanecer na Esplanada, destacando o alinhamento institucional e o compromisso com as entregas das respectivas pastas.

A movimentação de Lula, ao chamar os ministros para uma conversa direta, teve como objetivo preservar a base de apoio no Congresso e evitar um esvaziamento político em meio a votações relevantes na Câmara e no Senado. Apesar da pressão pública da direção partidária, os ministros sinalizaram estabilidade no relacionamento com o Planalto. O gesto foi interpretado como uma tentativa do governo de separar a atuação individual dos ministros das disputas internas do partido.

Dentro do União Brasil, o cenário é de divisão. A cúpula partidária cobra maior autonomia e ameaça rever o apoio à administração federal, enquanto os ministros defendem a continuidade da aliança e destacam avanços nas políticas públicas conduzidas por suas pastas. Lula opta por preservar o apoio que possui na Esplanada, mesmo sem controle pleno da bancada no Legislativo. A estratégia busca garantir a governabilidade sem se envolver diretamente nas disputas internas da legenda.

A tendência é que o governo mantenha a atual composição ministerial no curto prazo, apostando na fidelidade individual dos ministros e em acordos pontuais com líderes parlamentares. A tensão entre o Palácio do Planalto e a direção do União Brasil deve persistir, mas não há, por ora, indicativos de mudança significativa na estrutura do governo. O equilíbrio se dará na medida em que os ministros mantiverem sua utilidade política e técnica, independentemente da posição adotada pelo partido como instituição.